

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Termo de Referência 69/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
69/2025	154046-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	KAROLINE RESENDE CONTE CINTRA	24/04/2026 08:29 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Não se aplica/Não se aplica		23109.010691/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas na cessão onerosa de uso de duas áreas, com dimensões de 100 m² (cem metros quadrados) e 65 m² (sessenta e cinco metros quadrados), de propriedade da UFOP, destinadas à instalação e operação de equipamentos e antenas de telecomunicação para prestação de serviço de telefonia móvel celular, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos, sendo expressamente proibida a sublocação da área a ser cedida.

ITEM	OBJETO DA CESSÃO ONEROSA	PERIODICIDADE	TAXA DE USO - VALOR MENSAL ESTIMADO	TAXA DE MANUTENÇÃO RELATIVA AO USO DE ENERGIA ELÉTRICA DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME A TARIFA PARATICADA PELA CEMIG	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO DA CESSÃO
01	Imóvel constituído de parte do terreno de propriedade da UFOP, localizado a uma distância de 15 (quinze) metros a leste do prédio do DEGEO, com 100 (cem) m² de área total, sendo 10 m (dez metros) de frente para o DEGEO, 10 m (dez metros) na lateral voltada também para o DEGEO, 10 m (dez metros) de fundo e 10 m (dez metros) na lateral de divisa com o IFMG/Ouro Preto.	Mensal	R\$ 8.230,00 /mês	R\$ 3.584,45/mês	R\$ 11.814,45 /mês
02	Topo da laje da caixa d'água e laje do barrilete da caixa d'água, situada próximo ao Restaurante Universitário (RU), com área total medindo 65 (sessenta e cinco) m².	Mensal	R\$ 4.362,98 /mês	R\$ 1.768,50/mês	R\$ 6.131,48 /mês

1.2 O procedimento de credenciamento observará o disposto no art. 79 da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

1.3 Poderão participar do presente credenciamento as pessoas jurídicas de direito privado, devidamente constituídas e em situação regular, cuja atividade econômica seja compatível com o objeto deste certame, compreendendo empresas operadoras ou prestadoras de serviços de telefonia móvel celular e de telecomunicações, bem como aquelas que mantenham vínculo formal e vigente com as referidas operadoras ou prestadoras.

1.3.1 O vínculo a que se refere o item 1.3 poderá ser comprovado mediante apresentação de contrato, atestado ou declaração emitida pela respectiva operadora ou prestadora de serviços de telefonia móvel celular e de telecomunicações.

1.4 As áreas para cessão onerosa estão localizadas no Campus morro do cruzeiro, s/n, Ouro Preto/MG.

1.5 As referidas áreas possuem equipamentos e estruturas que não fazem parte do objeto da cessão onerosa de uso.

1.6 As áreas objeto de cessão onerosa de uso serão cedidas sem nenhuma infraestrutura, equipamentos ou benfeitorias.

1.7 Os contratos de cessão onerosa de uso oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência das cessões.

#### **Prazo de vigência**

O prazo de vigência da cessão onerosa de uso é de **10 (dez) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 110, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Não há previsão de inclusão dos objetos da cessão onerosa no Plano de Contratações Anual de 2025. Em um alinhamento entre a Contratação e o Planejamento, verificou-se que a cessão em questão é onerosa e resultará em receitas, não em despesas para a Administração. Portanto, esse item não é aplicável à cessão atual.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Disponibilidade da área, de forma que não venha a prejudicar a atividade-fim da UFOP;

4.2 Inexistência de qualquer ônus para a UFOP, sobretudo no que diz respeito aos empregados da cessionária;

4.3 Compatibilidade de horário de funcionamento da cessionária com o horário de funcionamento do órgão cedente;

4.4 Obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;

4.5 Aprovação prévia do órgão cedente para realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado pela cessionária;

4.6 Precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

4.7 Responsabilidade da cessionária com despesas, com manutenção, conservação e vigilância;

4.8 Implementação de Plano de Combate a Incêndio a cargo da cessionária;

4.9 A Cessionária terá total responsabilidade, na forma da Lei – Código Civil Brasileiro, pela qualidade, segurança e garantia dos serviços, não imputando à Cedente qualquer prejuízo que o serviço venha a causar a terceiros.

#### **Sustentabilidade:**

4.10 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.11 No que couber, solicita-se que a Cessionária adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental:

4.11.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

4.11.2 Utilização de equipamentos econômicos de energia com o melhor nível de eficiência energética dentro da categoria;

4.11.3 Racionalização do consumo de energia elétrica e de água nos processos de trabalho;

4.11.4 Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção e troca de equipamentos;

4.11.5 Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

4.12 Observar sempre que possível as diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

4.12.1 Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.12.2 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.12.3 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.12.4 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.12.5 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.12.6 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.12.7 Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

#### **Subcontratação**

4.13 Não é admitida a subcontratação/sublocação do objeto contratual.

4.14 A cessão é exclusiva a Cessionária, não devendo esta repassar a terceiros os direitos e deveres da cessão.

#### **Garantia da contratação**

4.15 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelas razões a seguir indicadas:

4.15.1 por se tratar de cessão onerosa de uso, a garantia da contratação não se aplica ao objeto do certame.

#### **Vistoria**

4.16 A avaliação prévia das áreas a serem cedidas é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 17 horas.

4.17 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.18 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19 A vistoria deverá ser agendada pelo e-mail: [proplad@ufop.edu.br](mailto:proplad@ufop.edu.br) ou pelo telefone (31)3559-1209

4.20 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Aspectos gerais da cessão:

5.2 Data de início da cessão onerosa de uso: \_\_\_\_\_ (a ser preenchida no momento da assinatura do contrato).

5.3 A cessão onerosa de uso não gera vínculo empregatício entre os empregados da cessionária e a Administração, restando vedada qualquer relação entre estes que caracterize a personalidade e a subordinação direta.

5.4 Qualquer situação decorrente da má execução da cessão de uso por parte da Concessionária é de sua inteira responsabilidade, não incidindo sobre a UFOP qualquer obrigação solidária ou subsidiária, judicial ou extrajudicial.

5.5 O prazo de vigência do Contrato de cessão será de 10 (dez) anos contados da formalização, na forma dos artigos 106, 107 e 110, da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.6 Cumpre ainda destacar que, em concordância com o disposto no art. 106, III, da Lei 14.133/2021, a UFOP terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando entender que a cessão de uso não mais lhe oferece vantagem.

5.7 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a cessão onerosa de usos, como requisito para celebração dela.

5.8 A execução da cessão onerosa de uso ficará restrita às empresas que comprovem especialização no ramo de telefonia móvel, ou àquelas que atendam às condições previstas no item 1.3 e seus subitens deste instrumento.

5.9 A instalação e manutenção dos equipamentos e utensílios para a execução das atividades são de inteira responsabilidade da cessionária.

5.10 As atividades da cessionária estarão sob supervisão da gestão e fiscalização da execução contratual, cujo objetivo é garantir o cumprimento das exigências previstas pela Administração para a concessão onerosa de uso.

5.11 As áreas a serem cedidas em regime de cessão onerosa de uso estão caracterizadas no memorial descritivo, anexo dos Estudos Técnicos Preliminares.

5.12 Nenhum equipamento ou mobiliário será cedido pela UFOP a cessionária, cabendo a cessionária a inteira responsabilidade pelo os equipamentos necessários para o fornecimento do serviço.

5.13 É de inteira e exclusiva responsabilidade da cessionária o cumprimento dos decretos e resoluções emitidos pela ANATEL, e os que vierem a ser emitidos após a assinatura do contrato, bem como as autorizações necessárias de operação, não cabendo a cedente nenhuma obrigação.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato de cessão ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6 A Cessionária designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da cessão, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Cessionária designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9 Para o controle e fiscalização do objeto contratual, a CEDENTE indica o servidor Paganini Barcellos de Oliveira, SIAPE 2.66\*.\*\*\*; para atuar como gestor, e o servidor Renato Fernandes Ferreira, SIAPE 1.61\*.\*\*\*; para atuar como gestor substituto, o servidor Sérgio Lorencine Pereira, SIAPE 3.31\*.\*\*\*; para fiscal técnico e o servidor xxxxxxxx SIAPE xxxxxxxx fiscal técnico substituto.

## **Fiscalização Técnica**

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Cessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Cedente ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.18 Caso não haja a indicação de fiscal técnico, suas competências serão desenvolvidas pelo gestor do contrato e pelo gestor substituto do contrato.**

## **Fiscalização Administrativa**

6.19 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.21 Caso não haja a indicação de fiscal administrativo, suas competências serão desenvolvidas pelo gestor do contrato e pelo gestor substituto do contrato.**

## **Gestor do Contrato**

6.22 Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da cessionária

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela cessionária, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **Obrigações da Cedente**

6.23 São obrigações da CEDENTE:

6.32.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.23.2 Acompanhar a cessão onerosa de uso e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.23.3 Notificar a CESSIONÁRIA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto cedido para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.23.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CESSIONÁRIA;

6.23.5 Aplicar a CESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.23.6 Não praticar atos de ingerência na administração da CESSIONÁRIA, tais como:

6.23.6.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

6.23.6.2 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CESSIONÁRIA

6.23.6.3 demandar a funcionário da CESSIONÁRIA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da cessão; e

6.23.6.4 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CESSIONÁRIA;

6.24 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Cessionária.

6.25 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.25.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.26 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CESSIONÁRIA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

6.27 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CESSIONARIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Cessionária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.28 Disponibilizar a área com dimensões de 100 m² (cem metros quadrados) ou 65 m² (sessenta e cinco metros quadrados) para a instalação dos equipamentos da CESSIONÁRIA.

6.29 Garantir o acesso da equipe técnica da CESSIONÁRIA à área cedida para fins de instalação, manutenção e operação dos equipamentos.

6.30 Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais por parte da CESSIONÁRIA.

### **Obrigações da Cessionária**

6.31 A CESSIONÁRIA deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.32 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitado;

6.33 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da Cessão.

6.34 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CEDENTE.

6.35 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CESSIONÁRIA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da Cessão, os seguintes documentos:

6.35.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- 6.35.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.35.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CESSIONÁRIA
- 6.35.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 6.35.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 6.36 Comunicar ao gestor ou fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da cessão, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 6.37 Paralisar, por determinação da CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.38 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.39 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.40 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CEDENTE;
- 6.41 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.42 Submeter previamente, por escrito, a CEDENTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 6.43 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 6.44 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 6.45 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 6.46 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 6.47 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.48 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.49 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CEDENTE sobre a cessão, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 6.50 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 6.51 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 6.52 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 6.53 Garantir o acesso da CEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 6.54 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 6.55 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 6.56 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo A CESSIONÁRIA relatar a CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.57 Pagar pontualmente a contraprestação pecuniária mensal à UFOP, no valor e nas condições estabelecidas no contrato.
- 6.58 Utilizar a área cedida exclusivamente para os fins previstos no contrato, ou seja, para a instalação e operação de equipamentos de telecomunicação.

6.59 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da instalação, operação e manutenção de seus equipamentos, incluindo custos com segurança e licenciamento.

6.60 Manter a área cedida em perfeitas condições de conservação e limpeza.

6.61 Obter e manter válidas todas as licenças e autorizações necessárias para a operação de seus equipamentos.

6.62 Permitir o acesso do gestor/fiscal do contrato a área objeto de cessão, sempre que o mesmo julgar necessário;

6.63 Conduzir a Cessão com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da cessão e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento da taxa de uso + taxa de manutenção acordada deverá ser realizada até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês vencido e o comprovante de pagamento deverá ser apresentado ao Gestor/fiscal da UFOP até o 10º (décimo) dia útil do mês do pagamento.

7.1.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CEDENTE não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CESSIONÁRIA, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.1.2 Para fins de comprovação do pagamento, o comprovante de pagamento da GRU deverá ser encaminhado à Fiscalização da Cedente, para contabilização.

7.1.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar no comprovante de pagamento da GRU.

7.1.4 É de responsabilidade da Cessionária a emissão da GRU, que poderá ser emitida pelo site <https://prof.ufop.br/gru>.

7.2 O valor da mensal da taxa de uso + taxa de manutenção será reajustado anualmente conforme descrito neste Termo de Referência e no Contrato de concessão de uso.

7.3 O valor da mensal da taxa de uso + taxa de manutenção será reajustado anualmente, tendo por base o momento da assinatura da cessão, adotando, para tanto, o índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice oficial que vier a ser determinado pelo Governo Federal.

7.4 A taxa de uso e a taxa de manutenção estão melhores discriminados no ETP, parte integrante deste Termo de Referência.

### Reajuste

7.5 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

7.6 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Cessionária, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.8 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Cessionária pagará a Cedente a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



7.9 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.10 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.11 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.12 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CESSIONÁRIA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

### 8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Cedente;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica da CESSIONÁRIA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 A CEDENTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.14 Os débitos da Cessionária para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a cessionária possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRIT. DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO** e mediante apresentação dos documentos solicitados.

9.2 Ao realizar o credenciamento, a interessada deverá obrigatoriamente indicar qual ou quais áreas a serem cedidas tem interesse, conforme descrição do item 1.1.

### Regime de execução

9.3 O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

#### **Exigências de habilitação**

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**9.4.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.4.2 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.4.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.4.4 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.4.5 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.4.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.4.7 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.8 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

9.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.11 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Pontuação - Experiência Operacional

9.16 A pontuação técnica será atribuída com base na comprovação de experiência anterior do licitante, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta cessão, consistentes na instalação e operação de equipamentos e antenas de telecomunicação para prestação de serviço de telefonia móvel celular.

9.16.1 Para fins de participação no certame, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução mínimade 3 (três) anos (36 meses) de serviços compatíveis com o objeto, admitindo-se o somatório de períodosdistintos, ainda que decorrentes de contratos diversos, desde que não haja sobreposição de períodos.

9.16.2 Serão considerados para fi ns de avaliação exclusivamente atestados que comprovem, individualmente , período mínimo de 12 (doze) meses de prestação de serviços compatíveis com o objeto.

9.16.3 A licitante que não comprovar o período mínimo de 3 (três) anos (36 meses), na forma do subitem9.41.1, será inabilitada por não atendimento à exigência mínima.

9.17 Metodologia de Cálculo da Pontuação:

9.17.1 A pontuação técnica referente à experiência operacional será apurada com base no tempo total de experiência comprovado, observando-se os seguintes critérios objetivos:

I – O tempo de cada contrato será apurado em meses completos, considerando-se a diferença entre adata de início e a data de término da execução contratual ou, caso o contrato esteja vigente, a data deemissão do respectivo atestado;

II – A soma dos períodos será realizada em meses, desconsiderando-se períodos concomitantes;

III – Será atribuído 1 (um) ponto para cada ano completo (12 meses) de efetiva prestação de serviços compatíveis com o objeto;

IV – Para fins de cálculo proporcional, cada mês completo corresponderá a 0,0833 ponto (1/12);

V – A pontuação final corresponderá ao resultado da multiplicação do total de meses válidos por 0,0833, podendo o resultado ser apresentado com até duas casas decimais;

VI – Períodos concomitantes não serão computados em duplicidade;

VII – Períodos com inconsistência cronológica (data final anterior à inicial) serão desconsiderados;

VIII – Somente serão considerados períodos integralmente comprovados por documentação idônea, contendo a identificação do contratante, o período de execução e a descrição dos serviços prestados.

Exemplo	Período(s) Considerado(s)	Situação do Atestado	Meses Válidos para Cálculo	Cálculo	Pontuação Final
1	01/2019 a 01/2022	≥ 12 meses	36	36 × 0,0833	3,00 pontos
2	01/2020 a 01/2024	≥ 12 meses	48	48 × 0,0833	4,00 pontos
3	01/2018 a 01/2021 (36 meses)01/2022 a 01/2024 (24 meses)	Ambos ≥ 12 meses	60	60 × 0,0833	5,00 pontos
4	Contrato A: 01/2017 a 01/2020 (36 meses) Contrato B: 01/2019 a 01/2023 (48 meses) <b>Sobreposição: 12 meses</b>	Ambos ≥ 12 meses	72 (descontada sobreposição)	72 × 0,0833	6,00 pontos
5	01/03/2023 a 01/11/2023 (8 meses)	< 12 meses (não considerado)	0	Não aplicável	0 ponto

Disposições gerais sobre habilitação

9.18 A compatibilidade da atividade econômica com o objeto desta licitação, conforme descrito no item 1.3, deverá ser comprovada mediante apresentação do seguinte documento:

9.18.1 Cópia do Contrato Social consolidado ou do último instrumento de alteração contratual, devidamente registrado no órgão competente, no qual conste o ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.19 O vínculo formal e vigente, de que trata o subitem 1.3.1, deverá ser comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.19.1 Contrato celebrado entre a licitante e a respectiva operadora ou prestadora de serviços de telefonia móvel celular e de telecomunicações;

9.19.2 Atestado emitido pela operadora ou prestadora, que comprove o vínculo existente e sua vigência; ou

9.19.3 Declaração formal emitida pela operadora ou prestadora de serviços, confirmando o relacionamento contratual e a validade do vínculo.

9.20 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**Documentação complementar para cooperativas**

9.25 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.25.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.25.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.25.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.25.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.25.6.1 ata de fundação;

9.25.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.25.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.25.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.25.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.25.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

9.25.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Conforme estudo e levantamento a estimativa do valor da contratação (cessão onerosa), está resumida no quadro abaixo:

--	--	--	--	--	--

ITEM	OBJETO DA CESSÃO ONEROSA	PERIODICIDADE	TAXA DE USO - VALOR MENSAL ESTIMADO	TAXA DE MANUTENÇÃO RELATIVA AO USO DE ENERGIA ELÉTRICA DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME A TARIFA PARATICADA PELA CEMIG	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO DA CESSÃO
01	Imóvel constituído de parte do terreno de propriedade da UFOP, localizado a uma distância de 15 (quinze) metros a leste do prédio do DEGEO, com 100 (cem) m² de área total, sendo 10 m (dez metros) de frente para o DEGEO, 10 m (dez metros) na lateral voltada também para o DEGEO, 10 m (dez metros) de fundo e 10 m (dez metros) na lateral de divisa com o IFMG/Ouro Preto.	Mensal	R\$ 8.230,00 /mês	R\$ 3.584,45/mês	<b>R\$ 11.814,45 /mês</b>
02	Topo da laje da caixa d'água e laje do barrilete da caixa d'água, situada próximo ao Restaurante Universitário (RU), com área total medindo 65 (sessenta e cinco) m².	Mensal	R\$ 4.362,98 /mês	R\$ 1.768,50/mês	<b>R\$ 6.131,48 /mês</b>

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Como trata-se de uma Cessão Onerosa de Uso, haverá receita e não despesas, por isso este item não se aplica à presente contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para o TR digital: Transcrição do documento SEI nº 0966041, devidamente assinado pelo responsável, com exclusão dos destaques visuais indicados na portaria PROF/REITORIA-UFOP Nº 51/2025, DE 09 DE MAIO

**PAGANINI BARCELLOS DE OLIVEIRA**  
PRÓ-REITOR(A) ADJUNTO DE ADMINISTRACAO